



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1259/2024
(à MPV 1259/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 1º; e acrescente-se art. 5º-1 à Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 1º** Esta Medida Provisória dispõe sobre medidas excepcionais para concessão de colaboração financeira reembolsável e não reembolsável à União, aos Estados e ao Distrito Federal, **e altera o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR de que trata a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996,** para apoio a ações de prevenção e combate à ocorrência de queimadas irregulares e de incêndios florestais.

.....”

“**Art. 5º-1.** A Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 10.**

§ 1º

.....

II -

.....

g) cobertas por aceiros, por manejo controlado ou comprovadamente sob gestão efetiva de prevenção e combate a incêndios florestais ou queimadas irregulares.

.....

§ 8º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do caput do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto na alínea g, inciso II, § 1º, desta artigo, e os incluirá no demonstrativo



a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal que acompanhar o projeto de lei orçamentária anual e fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos à renúncia' (NR)''

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente reenumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Medida Provisória tem por objetivo central o apoio a ações de prevenção e combate à ocorrência de queimadas irregulares e de incêndios florestais, com ênfase na concessão de colaboração financeira reembolsável e não reembolsável à União, aos Estados e ao Distrito Federal. Esta emenda, na mesma direção, busca incentivar de forma expressa a prevenção e o combate a incêndios florestais e rurais nas hipóteses de redução da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, previsto na Lei nº 9.393/1996.

É fundamental entender que a crescente ameaça dos incêndios exige respostas efetivas que articulem a proteção dos ecossistemas com incentivos econômicos. A inclusão de áreas com gestão efetiva para a prevenção de incêndios, como hipótese de exclusão da base de cálculo do ITR, a partir da alteração proposta no art. 10 da Lei do ITR, criará verdadeiramente incentivos para que proprietários, posseiros, possuidores a qualquer título e gestores dessas áreas adotem medidas preventivas permanentes. A proposta contribuirá para engajar a sociedade e o setor privado em ações contínuas e preventivas contra incêndios, promovendo desenvolvimento rural e ambiental sustentável.

Sala da comissão, 24 de setembro de 2024.

Deputada Adriana Ventura
(NOVO - SP)

